

CURSO DE DIREITO SANCIONATÓRIO ADMINISTRATIVO

Organização e Prof.^a Doutora Helena Morão

Coordenação Científica: Prof. Doutor Miguel Prata Roque

I. Regime de Conferências:

Funciona em regime de seminários temáticos, com a duração de 45 minutos de exposição, seguidos de 30 minutos de debate sobre o tema.

II. Regime de Laboratório de Prática:

Funciona em regime de aula teórico-prática, durante a qual se discutem casos e jurisprudência, a propósito dos temas anteriormente abordados nos seminários temáticos, sempre coordenados por um/a docente universitário especializado nas áreas jurídicas a tratar. Haverá, pelo menos, um módulo dedicado a cada um dos grandes blocos temáticos a abordar, ao longo do curso.

III. Regime de Mesa-Redonda

Funciona em regime de debate académico, introduzido por uma breve exposição de 10 minutos, seguida de apreciação crítica por dois convidados, que dispõem de 10 minutos cada, e de uma discussão argumentativa entre todos os membros da mesa, com a duração de 45 minutos.

Programa

09 de janeiro de 2015 (6^a feira)

18h30: Apresentação do Curso

Prof.^a Doutora Helena Morão

Prof. Doutor Miguel Prata Roque

19h00: Lição Inaugural

Os Poderes Sancionatórios da Administração Pública – **Prof. Doutor Huergo Lora** (*Faculdade de Derecho de la Universidad de Oviedo*)

20h00: A Decisão Sancionatória enquanto Ato Administrativo – **Juiz-Conselheiro Vítor Gomes** (*Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal Administrativo*)

Bloco I – Objeto e Âmbito do Direito Sancionatório Administrativo

10 de janeiro de 2015 (sábado)

15h00: Mesa-Redonda (I) – O Conceito Material de Infração Administrativa enquanto Mecanismo de Restrição de Direitos Fundamentais

Apresentação: **Prof. Doutora Helena Morão** (*Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC*)

Comentadores: **Prof. Doutor Jorge Reis Novais** (*Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP*) / **Rui Pereira** (*Professor Convidado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa/CIDPCC*)

16h15: Intervalo

16h30: Mesa-Redonda (II) – O Conceito Material de Sanção Administrativa de Natureza Não Penal (à luz da Jurisprudência Europeia e Internacional)

Apresentação: **Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes** (*Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC*)

Comentadores: **Prof.^a Doutora Maria Fernanda Palma** (*Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC*) / **Prof. Doutor Huergo Lora** (*Faculdade de*

Derecho de la Universidad de Oviedo)

16 de janeiro de 2015 (6^a feira)

18h30: Relações de Complementariedade e de Subsidiariedade entre o Direito Administrativo e o Direito Penal – **Prof. Doutor Miguel Prata Roque** (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP)

19h45: Intervalo

20h00: A Autonomização Juscientífica do Direito Sancionatório Administrativo: em Especial, a Teoria Geral da Norma Sancionatória Administrativa - **Prof.^a Doutora Helena Morão**

17 de janeiro de 2015 (sábado)

15h00: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco I) – **Prof. Doutora Helena Morão**

16h15: Intervalo

Bloco II – Os Sujeitos: Entidades Administrativas e Sujeitos Passivos

16h30: Os Poderes Administrativos das Forças de Segurança: Organização e Exercício – **Prof. Doutor João Caupers** (Juiz-Conselheiro do Tribunal Constitucional / Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa)

23 de janeiro de 2015 (6^a feira)

18h30: Os Poderes Sancionatórios das Entidades Administrativas Independentes – **Prof. Doutor Carlos Blanco Morais** (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP)

19h45: Intervalo

20h00: Os Poderes Sancionatórios da Administração Tributária e da Segurança Social – **Prof. Doutor Germano Marques da Silva** (Faculdade de Direito da Universidade Católica – Escola de Lisboa)

24 de janeiro de 2015 (sábado)

15h00: Mecanismos Jurídico-Financeiros de Fiscalização e Sanção de Atividades Económicas e Políticas: em Especial, a Fiscalização das Contas dos Partidos e dos Agentes Políticos – **Prof. Doutor Carlos Lobo** (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / IDEFF)

16h15: Intervalo

16h30: Os Poderes Sancionatórios da ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica – **Mestre António Nunes** (ex-Presidente da ASAE / Universidade Lusíada de Lisboa)

30 de janeiro de 2015 (6ª feira)

18h30: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco II) – **Prof. Doutor Miguel Prata Roque**

19h45: Intervalo

Bloco III – Teoria Geral do Ilícito Administrativo

20h00: As Condutas Típicas e Atípicas e o Desvalor do Comportamento no Ilícito Administrativo – **Prof. Doutor Augusto Silva Dias** (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)

31 de janeiro de 2015 (sábado)

15h00: Dolo, Erro e Negligência no Ilícito Administrativo – **Mestre João Matos Viana** (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)

16h15: Intervalo

16h30: Exclusão da Ilicitude e da Culpa no Ilícito Administrativo: o Dever de Obediência e a Obediência Indevida – **Prof.^a Doutora Carlota Pizarro de Almeida** (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)

6 de fevereiro de 2015 (6ª feira)

18h30: Exclusão da Ilícitude e da Culpa no Ilícito Administrativo: o Direito de Necessidade e o Conflito de Deveres - **Mestre António Neves** (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)

19h45: Intervalo

20h00: A Participação no Ilícito Administrativo – **Prof. Doutora Helena Morão**

7 de fevereiro de 2015 (sábado)

15h00: A Responsabilidade das Pessoas Coletivas pelo Ilícito Administrativo – **Prof.ª Doutora Teresa Quintela de Brito** (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)

16h15: Intervalo

16h30: Responsabilidade Solidária e Subsidiária dos Dirigentes – **Mestre João Matos Viana**

13 de fevereiro de 2015 (6ª feira)

18h30: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco III) – **Mestre Inês Ferreira Leite**

19h45: Intervalo

20h00: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco III) – **Prof. Doutora Helena Morão**

Bloco IV – Tipologia de Sanções Administrativas

14 de fevereiro de 2015 (sábado)

15h00: As Sanções Administrativas Tutelares – **Mestre André Folque** (Gabinete do Provedor de Justiça)

16h15: Intervalo

16h30: As Sanções Administrativas Revogatórias – **Prof.ª Doutora Carla Amado Gomes** (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP)

20 de fevereiro de 2015 (6ª feira)

18h30: As Sanções Administrativas Ambientais – **Mestre António Sequeira Ribeiro** (ex-Inspetor-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território / Professor na Universidade Lusíada – Escola de Lisboa)

19h45: Intervalo

20h00: As Sanções Administrativas Urbanísticas – **Prof. Doutor João Miranda** (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP)

21 de fevereiro de 2015 (sábado)

15h00: As Sanções Administrativas Contratuais – **Prof. Doutor Pedro Costa Gonçalves** (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra / Diretor-Executivo do CEDIPRE – Centro de Estudos de Direito Público e Regulação)

16h15: Intervalo

16h30: As Sanções Administrativas Atípicas: em Especial, as Sanções Pecuniárias Compulsórias – **Mestre Inês Ferreira Leite**

27 de fevereiro de 2015 (6ª feira)

18h30: As Sanções Disciplinares (Públicas) – **Prof. Doutora Ana Neves** (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP)

19h45: Intervalo

20h00: As Sanções Financeiras – **Prof. Doutor Guilherme de Oliveira Martins** (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / IDEFF)

28 de fevereiro de 2015 (sábado)

15h00: As Sanções Contraordenacionais – **Prof. Augusto Silva Dias** (Faculdade

de Direito da Universidade de Lisboa / CIDPCC)

16h15: Intervalo

16h30: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco IV) – **Mestre Inês Ferreira Leite**

Bloco V – Fase Administrativa: tramitação procedimental e garantias

06 de março de 2015 (6ª feira)

18h30: O Direito de Audiência Prévia nos Procedimentos Sancionatórios enquanto Direito Fundamental – **Prof. Doutor Pedro Machete** (*Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional /Faculdade de Direito da Universidade Católica – Escola de Lisboa*)

19h45: Intervalo

20h00: Oportunidade e Acordo: os Acordos Endoprocedimentais no Âmbito de Procedimentos Administrativos Sancionatórios – **Prof. Doutora Alexandra Leitão** (*Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP*)

07 de março de 2015 (sábado)

15h00: O Direito de Acesso aos Documentos Administrativos e aos Documentos na Posse de Particulares em Procedimentos Sancionatórios – **Prof. Doutor David Duarte** (*Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP*)

16h15: Intervalo

16h30: O Dever de Colaboração e a Proibição de Autoincriminação – **Prof. Doutor Frederico da Costa Pinto** (*Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*)

13 de março de 2015 (6ª feira)

18h30: O Dever de Fundamentação das Decisões Sancionatórias – **Prof. Luís Filipe Colaço Antunes** (*Faculdade de Direito da Universidade do Porto*)

19h45: Intervalo

20h00: O Direito de Defesa e a Admissibilidade da sua Compressão: Ponderação de Interesses Conflitantes – **Dr. Paulo de Sá e Cunha** (*Fórum Penal*)

14 de março de 2015 (sábado)

15h00: As Garantias de Imparcialidade: o Problema da Cumulação de Poderes Instrutórios e de Poderes de Decisão – **Mestre Pedro Moniz Lopes** (*Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa / CIDP*)

16h15: Intervalo

16h30: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco V) – **Prof. Doutor Miguel Prata Roque**

Bloco VI - Fase Jurisdicional: impugnação e direitos processuais

20 de março de 2015 (6^a feira)

18h30: A Escolha entre a Jurisdição Judicial, Administrativa ou Arbitral – **Prof. Doutor Domingos Farinho** (*Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*)

19h45: Intervalo

20h00: A Diversidade de Meios Processuais de Impugnação de Decisões Sancionatórias Administrativas – **Prof. Doutor Vasco Pereira da Silva** (*Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*)

21 de março de 2015 (sábado)

15h00: – A Utilização em Processo Sancionatório de Elementos Obtidos no Processo de Supervisão, “*Fair Trial Rights*” e Garantia de Recurso Jurisdicional – **Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes**

16h15: Intervalo

16h30: Os Limites ao Direito ao Recurso de Decisões Jurisdicionais sobre Sanções Administrativas – **Prof.^a Doutora Isabel Alexandre** (*Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*)

27 de março de 2015 (6ª feira)

18h30: A Desproporcionalidade da Sanção Administrativa e a Violação do «*Ne Bis in Idem*» - **Mestre Inês Ferreira Leite**

19h45: Intervalo

20h00: A Execução de Decisões de Invalidação de Sanções Administrativas: Vias de Reparação dos Particulares – **Prof. Doutor Mário Aroso de Almeida** (*Faculdade de Direito da Universidade Católica – Escola do Porto*)

28 de março de 2015 (sábado)

15h00: Laboratório de Prática Jurídica (Bloco V) – **Prof. Doutora Helena Morão / Prof. Doutor Miguel Prata Roque**

16h15: Intervalo

16h30: Lição de Encerramento

As Sanções Administrativas como Sintoma do Movimento de Despenalização e as Garantias Constitucionais dos Particulares – **Prof. Doutora Blanca Lozano Cutanda** (*Facultad de Derecho de la Universidad del Pais Basco – UPV / EHU*)

Condições Gerais e Funcionamento do Curso

Propinas:

- a) Valor Base: 1.500 €
- b) Valor "Early Bird" (de 15/10 a 30/11): 1.125 € (redução de 25%)
- c) Valor Integral (de 01/12 a 06/01): 1.275 € (redução de 15%)
- d) Valor pago em 2 prestações: 1.500 €

Descontos: Pagamento de valor reduzido de 1.125 € (redução de 25%) para Associados do Forum Penal – Associação de Advogados Penalistas, para Auditores do CEJ – Centro de Estudos Judiciários, para Magistrados (e respetivos Assessores) dos Tribunais Judiciais e Administrativos e do Ministério Público.

Nota: os descontos não são cumulativos

Aulas Isoladas: Pagamento de 100 € por conferência ou de 200 € por Laboratório Jurídico, mediante prévia inscrição, até à véspera da conferência ou Laboratório Jurídico em causa, através do secretariado de apoio ao curso.

Número Máximo: 50 alunos, sendo escolhidos em função da maior antiguidade da data de inscrição (com possibilidade de autorização excecional de inscrição de número superior).

Tempo Letivo: 2 semestres letivos

Carga Horária: 300 horas, distribuídas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Aulas presenciais – 80 horas
- b) Projeto de relatório e orientação de investigação por

docente do curso – 40 horas

- c) Investigação – 60 horas
- d) Elaboração de relatório – 120 horas

Sistema de Avaliação: Avaliação e classificação de relatório de investigação sobre um dos temas lecionados no curso, de acordo com a seguinte calendarização:

- a) Apresentação de projeto de relatório – até 13 de março de 2015 (1º semestre)
- b) Aprovação do projeto de relatório e atribuição de orientador – até 28 de março de 2015 (1º semestre)
- c) Entrega de relatório – até 15 de junho de 2015 (2º semestre)
- d) Publicitação de avaliações – até 30 de junho de 2015 (2º semestre)
- e) Entrega de diplomas certificativos – até 15 de julho de 2015

Regras do Relatório: Máximo de 50 páginas, em formato A4, com letra “Times New Roman”, letra de tamanho 12 e espaçamento de 1,5

Créditos: Aprovação na pós-graduação corresponde a 7,5 ECT’s, conferindo equivalência à disciplina optativa de Direito das Contra-Ordenações, do Mestrado Profissionalizante em Ciências Jurídico-Forentese, ou à disciplina optativa de Direito de Polícia, do Mestrado Profissionalizante em Direito Administrativo (*condicional e sujeito a confirmação, mediante aprovação da equivalência pelos órgãos competentes da Faculdade, que se encontra em curso*)

Regime de Frequência: A mera frequência da parte letiva do curso (1º

semestre) confere direito à obtenção de um certificado de frequência.

Presenças: A obtenção de certificado de frequência pressupõe a assistência mínima de mais de metade das sessões diárias ministradas.

Requisito de certificação: A obtenção de diploma certificativo de pós-graduação ou de certificado de frequência dependente da prévia entrega ao secretariado do curso de uma certidão de habilitações de licenciatura (em Direito ou em outra área científica conexas).

Notas e Condicionamentos:

- O Programa do Curso pode ser alvo de alterações pontuais, quer em termos de conteúdo programático, quer de conferencistas, quer de calendarização.
- O Curso apenas abrirá se for preenchido o número mínimo de participantes, fixado em 20 alunos.
- Em caso de não abertura do Curso, serão devolvidas, integralmente, as propinas entretanto pagas.